

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.072 - SP (2019/0062672-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ARTUR DE OLIVEIRA FONSECA (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ EDUARDO DE MOURA - SP080707
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por ARTUR DE OLIVEIRA FONSECA – preso em flagrante no dia 23/8/2018 pela suposta prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2205317-34.2018.8.26.0000).

Na ação originária, a defesa postulou a liberdade provisória e a expedição do alvará de soltura. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 76):

Habeas Corpus Tráfico de drogas Pretensão de revogação da prisão preventiva - Impossibilidade.

Presença dos requisitos da custódia cautelar R. Decisão que decretou a prisão preventiva que se encontra devidamente fundamentada - Predicados pessoais que não socorrem o Paciente, incurso, em tese, na prática de crime hediondo, para o qual é legalmente vedada a liberdade provisória, conforme o art. 44, da Lei de Drogas declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo pelo C. STF que se deu incidenter tantum decisão que não vincula esta E. Corte.

Ausência de afronta ao princípio da presunção de inocência Estado que detém os meios cabíveis para a manutenção da ordem pública, ainda que em detrimento da liberdade do cidadão, nos casos em que tal medida se mostrar necessária. Inviabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais.

Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a defesa alega ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão preventiva, asseverado, ainda, que "Os demais argumentos lançados pela autoridade coatora não são apoiados em

dados concretos, não passando de meras ilações abstratas que, sem dúvida, não se prestam a fundamentar pela manutenção da prisão preventiva, independentemente da gravidade do delito imputado ao Recorrente" (e-STJ fl. 95).

Diante disso, pede seja assegurado ao recorrente o direito à liberdade provisória, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

O Ministério Público Federal, manifestou-se pela perda do objeto do recurso, em parecer assim resumido (e-STJ fl. 147):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PERDA DE OBJETO. PARECER NO SENTIDO DE QUE SEJA TIDO POR PREJUDICADO O RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.

É o relatório, **decido**.

Consoante informações colhidas do *site* do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 18/2/2019 foi expedido o alvará de soltura em favor do recorrente em razão de sentença absolutória (Ação Penal n. 1500389-70.2018.8.26.0618, grifei):

*Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia oferecida contra ADRIANO MESALINO JORGE, portador da cédula de identidade RG n.º 42445753, nascido em 13 de janeiro de 1982, filho de Domingos Jorge e de Luzia Mesalino Jorge; e contra ARTUR DE OLIVEIRA FONSECA, portador da cédula de identidade RG n.º 27432427, nascido em 17 de agosto de 1976, filho de Claudio Evangelista da Fonseca e de Conceição Aparecida Oliveira Fonseca; acusados da prática de crime previsto no artigo 33, caput, da Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o faço para **ABSOLVÊ-LOS** dessa acusação com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal e **determino a imediata expedição de alvará de soltura** clausulado em favor de ambos.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

